

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO

Referência: Pregão Eletrônico nº 009/2025 – NLC/PRES

Objeto: *Contratação de empresa para execução de trabalho de Auditoria independente será realizado por empresa com registro ativo na Comissão de Valores Mobiliários, relativa ao exame das Prestações de Contas Anuais da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, referentes aos exercícios sociais a findarem em 31 de dezembro de cada ano, no período compreendido entre a assinatura do contrato e o dia 30 de abril de 2025; e Prestações de Contas Intermediárias de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro, de cada um desses anos, de acordo com as Leis números 6.404/1976, alterada pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e pela Lei nº 4.320/1964, quando aplicável; com as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC-T's e com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, bem como outros serviços a serem executados em conexão com os trabalhos de auditoria, conforme mencionados a seguir no item 6.1 deste Termo de Referência. Serão três Relatórios de Auditoria Independente trimestrais e um Parecer Anual relativos às demonstrações contábeis e financeiras da Companhia, necessárias à prestação de contas intermediárias e do exercício financeiro, que deverão guardar sincronia com a Lei nº 6.404/1976, e suas alterações, Lei nº 13.303/2016, Art. 7º, com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal – RITCDF – aprovado pela Resolução nº 296, de 15 de setembro de 2016, Art. 184 e com a Instrução Normativa TCDF nº 02, de 17 de novembro de 2016, de acordo com as especificações técnicas do Termo de Referência, Edital e seus anexos.*

1. DA INTRODUÇÃO

- 1.1. O Pregão Eletrônico nº 009/2025 – NLC/PRES teve seu edital publicado em 11 de abril de

2025, com a abertura do certame prevista para 13 de maio de 2025, às 9 horas. Tendo em vista a alteração conforme Errata nº 01 (169877684) a sessão foi adiada para o dia 30 de maio de 2025, às 9h, conforme novo Edital (170154667).

1.2. Foi apresentado o seguinte pedido de impugnação, conforme Doc. SEI/GDF nº 169787117.

2. DA TEMPESTIVIDADE

2.1. Primeiramente, cumpre demonstrar a tempestividade e o cabimento da presente impugnação, eis que atende a todas as disposições constantes da legislação em vigência e do Instrumento Convocatório.

3. RELATO

3.1. Tratando-se de um aspecto eminentemente técnico, os autos foram encaminhados à área demandante, nos termos do Despacho 169787326.

3.2. Em resposta, a área técnica exarou o Despacho nº 170358547.

3.3. Em suas razões, a empresa pugna por:

| DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE | DA RESPOSTA |
|---|--|
| <p>DA EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO TÉCNICA INDEVIDA</p> <p>Como é sabido, as empresas que pretendem participar de qualquer processo licitatório necessitam seguir normas fundamentadas em lei, sempre visando estabelecer a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e respeitando alguns princípios, visando garantir assim, majestosamente, a igualdade e a competitividade entre os licitantes – evitando assim a reserva de mercado e, consecutivamente, restringindo a gama de partícipes. Dentro dessas normas e preceitos, exigem-se os requisitos mínimos quanto a sua capacidade de execução do objeto do contrato, bem como a condição de habilitação e para contratação do pretendido vínculo jurídico, como se procede no item 13.1, letra “a”, do Termo de Referência/edital em tela, que exige Atestados de Capacidade Técnica fornecidos EXCLUSIVAMENTE por empresas públicas, o que claramente direciona o objeto, restringindo a competição, vejam:</p> <p>“13.1 – Habilitação Técnica</p> <p>a) Atestado(s) ou declaração(ões) emitida(s) por empresa(s) estatal(is) dependente(s), assim definidas aquelas que se enquadrem na definição do art. 2º, III da lei</p> | <p>Item 13.1, alínea "a"</p> <p>Alterado, conforme Errata Nº 01 ao Termo de Referência (169851018), com redação ajustada:</p> <p>a) Apresentar atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, com Ativo superior a R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) e Receita Anual superior a R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), com informações de endereço e telefone, firmados por dirigente(s) identificado(s), no mínimo por nome e cargo/função e deverá comprovar a prestação de serviço</p> |

Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), acompanhado de cópia autenticada nas formas aceitas em Lei, da Demonstração do Resultado do Exercício da Auditada, para fins de comprovação da dependência de recursos públicos, que comprove a experiência da proponente no desempenho da atividade de Auditoria Independente. O(s) atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnica deverá(ão) ser fornecido(s) por empresa(s) pública(s) dependente(s) com Ativo superior a R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) e Receita Anual superior a R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), com informações de endereço e telefone, firmados por dirigente(s) identificado(s), no mínimo por nome e cargo/função e deverá comprovar a prestação de serviço de auditoria independente, se deu em conformidade com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) por, no mínimo, um exercício completo”. Grifamos.

de auditoria independente, se deu em conformidade com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) por, no mínimo, um exercício completo.

Ora, a exigência de atestado de capacidade técnica EXCLUSIVAMENTE de empresas públicas vai totalmente ao desencontro do próprio Regulamento de Licitações da NOVACAP, vejam:

“Capítulo IV - Art.
85. A documentação
relativa à
qualificação técnica
ficará adstrita a: § 1º
A comprovação da
aptidão referida no
inciso II do caput
será feita por
atestados fornecidos
por pessoas jurídicas
de direito público ou
privado,
devidamente
registrados nos
Conselhos
Profissionais, salvo
se o objeto a ser
licitado não for
alcançado pela
fiscalização dessas
Autarquias.
Grifamos.

Resultando, dessa forma, a exclusão da amplitude de alcance para empresas participantes no processo licitatório, ferindo a ampla concorrência, sendo ilegal tal exigência pois culmina na exclusão de partícipes. Essa exigência editalícia não encontra previsão legal nas Leis nº 13.330/2016, Lei nº 14.133/21, principais diplomas que norteiam os procedimentos licitatórios, a qual, inclusive, coíbe a prática de atos que sejam tendenciosos ou frustrem o caráter amplo e competitivo dos certames, inclusive o próprio Regulamento de Licitações da NOVACAP.

A exigência de atestados de capacidade técnica exclusivamente de empresas públicas para fins de licitação é considerada irregular. Segundo a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU), essa prática viola princípios como o da competitividade e da legalidade. A Lei Geral de Licitações nº 14.133/2021 permite a apresentação de atestados emitidos por entidades privadas. A lei busca flexibilizar a forma como a capacidade técnica é comprovada, permitindo que atestados emitidos por empresas privadas, com experiência em serviços semelhantes, sejam aceitos.

A importância do atestado de capacidade técnica reside na demonstração de que a empresa licitante possui experiência e recursos para executar o serviço licitado com sucesso. Ele atesta que a empresa já trabalhou em projetos semelhantes e que possui a capacidade técnica para cumprir as

exigências do edital.

Em resumo, a Lei de Licitações permite que atestados de capacidade técnica sejam emitidos tanto por empresas públicas quanto por empresas privadas, desde que sejam válidos e comprovem a experiência da empresa licitante. Ora, a consequência direta das exigências em comento é a limitação de participantes, indo em contramão ao objetivo real do processo licitatório e os princípios que norteiam todo ordenamento. “Princípio da Competitividade: Pretende alcançar a proposta mais vantajosa para a administração pública.

Serve para que a administração pública consiga alcançar o melhor contrato através da promoção e ampliação do acesso ao processo licitatório. “Princípio da Legalidade: É a regra básica quanto ao direito público, segundo a qual o exercício do poder pelos órgãos do Estado deve ser absolutamente de acordo com o direito.

Todos os procedimentos estão dependentes ao comando da lei e às exigências do bem comum.

Sobre o Princípio da Igualdade: Helly Lopes remete a esse princípio “um impeditivo da discriminação entre os participantes do certame, quer através de cláusulas que, no edital ou convite, favoreçam uns em detrimento de outros, quer mediante julgamento faccioso, que desiguale os iguais ou iguale os desiguais.”

Ocorre que, o edital em tela publicado impede a participação de empresas que tem vasta experiência no setor privado, que comprovam licitamente através de atestados de capacidade técnica, ficando, desta forma, desnecessária e descabida a exigência de atestados de capacidade técnica emitidos exclusivamente por empresas públicas, o que é um total descaso, cerceando desta forma a ampla concorrência – objetivo maior do processo licitatório.

As exigências de habilitação nos processos licitatórios têm como parâmetro fundamental o art. 37, XXI, da Constituição Federal, que limita as exigências de qualificação técnica e econômica às ‘indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações’, com o objetivo evitar a restrição da competitividade do certame.

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos

princípios de
legalidade,
imessoalidade,
moralidade,
publicidade e
eficiência e,
também, ao seguinte:
XXI - ressalvados os
casos especificados
na legislação, as
obras, serviços,
compras e alienações
serão contratados
mediante processo
de licitação pública
que assegure
igualdade de
condições a todos os
concorrentes, com
cláusulas que
estabeleçam
obrigações de
pagamento, mantidas
as condições efetivas
da proposta, nos
termos da lei, o qual
somente permitirá as
exigências de
qualificação técnica
e econômica
indispensáveis à
garantia do
cumprimento das
obrigações.

O Princípio da Livre Concorrência: A Lei Federal nº 14.133/2021, em seu artigo 9º, inciso I, alínea "a", estabelece que a administração pública não pode admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório.

O Princípio da Isonomia e Imparcialidade: A Lei 14.133/2021 também garante a isonomia entre os licitantes, impedindo que as cláusulas ou condições do edital favoreçam um participante em detrimento de outro. O julgamento das propostas deve ser objetivo, baseado em critérios técnicos e econômicos, e não em subjetivismos.

Por todo o exposto, temos que a exigência em comento não está prevista em nenhum dos dispositivos das Leis nº 13.333/2016 e 14.133/21 e que regulam a habilitação jurídica, a qualificação técnica, a qualificação econômico-financeira e a regularidade fiscal ou trabalhista, ou, requisito para contratação, devendo, portanto, a NOVACAP permitir a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito privado, também.

Necessário ressaltar que, a Administração Pública deve trabalhar com o escopo de obter sempre o maior número de propostas possíveis, na busca da que lhe seja mais vantajosa, conforme dispõe o art. 5º da Lei Geral de Licitações:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Ainda sobre o tema, destaca-se que o certame licitatório tem como princípio basilar a isonomia entre os licitantes, com o fim de proporcionar a máxima competitividade, buscando o maior número de participantes. Sendo assim, é vedada a exigência editalícia que impede a ampla participação de empresas na licitação.

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, com base nos fatos e fundamentos expostos, a Impugnante requerer o que segue:

a) Seja conhecido e deferido o pedido de impugnação;

- b) Que seja republicado o edital, escoimado do vício apontado, e consecutivamente a inclusão da exigência de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica privada, também.
- c) Que seja reaberto novo prazo para início da sessão pública respeitando o prazo mínimo legal.

3.4. É o breve relatório.

4. CONCLUSÃO

4.1. Após a análise da alegação apresentada pela Impugnante, a área técnica concluiu pelo **acolhimento** da impugnação.

4.2. A presente resposta à impugnação ao Edital ficará disponível e divulgada no seguinte endereço eletrônico: <http://app.novacap.df.gov.br/sislicitapublica/> (portal da NOVACAP), e www.licitacoes-e.com.br (Banco do Brasil).



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ALVES DE OLIVEIRA - Matr.0973569-0, Chefe do Núcleo de Licitação**, em 12/05/2025, às 15:25, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **170467961** código CRC= **2EEE6067**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.novacap.df.gov.br